

STJ00096198

BERNARDO PIMENTEL SOUZA

EXECUÇÕES, CAUTELARES E
EMBARGOS NO PROCESSO CIVIL

2013

 **Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schoumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACIUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroportuário

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-8086

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Logoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinogés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Lourindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Ferraços

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-17143-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Bernardo Pimentel

Execuções, cautelares e embargos no processo civil /
Bernardo Pimentel Souza. — São Paulo : Saraiva, 2013.

Bibliografia.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

12-04588

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Cunha

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Silena Miranda de Sales

Produtora editorial Clárisa Boroschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Raquel Benchimol de Oliveira Rosenthal

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Mairaquilitê Edição Gráfica

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Maria Regina Machado

Serviços editoriais Camila Artholi Loureiro

Kelli Priscila Pinto

Capa Leon Denis Matheus

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Corprint Gráfica e Editora Ltda.

Acabamento Corprint Gráfica e Editora Ltda.

Data de fechamento da edição: 19-9-2012

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

[Índice]

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Nota do autor</i>	37

PARTE I

[EXECUÇÕES]	39
--------------------------	----

CAPÍTULO I

[Teoria geral da execução]	41
1. Execução: conceito e escopo	41
2. <i>Nomen iuris</i> : execução, execução civil ou execução forçada ...	42
3. Sistemas executivos do direito brasileiro	43
4. Partes e legitimidade executiva.	44
4.1. Partes: exequente e executado	44
4.2. Legitimidade executiva.	44
4.3. Legitimidade ativa	44
4.4. Insubsistência da legitimidade ativa do devedor.	47
4.5. Legitimidade passiva	48
4.6. Impossibilidade de intervenção de terceiros.	49

5.	Princípios norteadores da execução civil	50
5.1.	Princípio da máxima coincidência, princípio da máxima utilidade ou princípio da máxima efetividade.	50
5.2.	Princípio da menor onerosidade, princípio da execução menos gravosa ou princípio do menor sacrifício	51
5.3.	Princípio do contraditório	51
5.4.	Princípio da iniciativa das partes, princípio dispositivo ou princípio da demanda	52
5.5.	Princípio da taxatividade ou princípio da tipicidade	53
5.6.	Princípio da responsabilidade patrimonial ou princípio da execução real.	53
5.7.	Princípio da boa-fé processual ou princípio da lealdade processual	54
5.8.	Princípio da cooperação ou princípio da colaboração.	55
6.	Responsabilidade patrimonial	56
6.1.	Conceito e objeto.	56
6.2.	Espécies de fraude	56
6.2.1.	Fraude contra credores ou fraude pauliana	57
6.2.2.	Fraude à execução ou fraude de execução.	58
6.2.3.	Fraude proveniente de alienação de bem constrito	59
6.3.	Orientação jurisprudencial predominante	60
6.4.	Responsabilidade patrimonial dos sócios de sociedade empresária	61
7.	Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação objeto da execução	62
8.	Liquidação.	64
8.1.	Conceito e natureza jurídica.	64
8.2.	Objeto da liquidação: <i>quantum debeatur</i>	65
8.3.	Liquidação simultânea com execução.	65
8.4.	Liquidação simultânea com recurso	66
8.5.	Iniciativa da liquidação	66

8.6.	Modalidades de liquidação.	67
8.6.1.	Liquidação por arbitramento.	67
8.6.2.	Liquidação por artigos	68
8.6.3.	Súmula 344 do STJ.	68
8.6.4.	Liquidação por cálculo	69
8.6.5.	Liquidação e procedimento sumário	70
8.6.6.	Liquidação e procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais.	70
8.7.	Julgamento da liquidação e respectiva recorribilidade . .	71
8.8.	“Liquidação zero”.	71
8.9.	Liquidação incidental em processo de execução por título extrajudicial para a entrega de coisa	72
9.	Título executivo.	73
9.1.	Conceito e natureza jurídica.	73
9.2.	Espécies.	74
9.2.1.	Títulos executivos judiciais	74
9.2.1.1.	Sentença civil de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	74
9.2.1.2.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.	75
9.2.1.3.	Sentença homologatória de conciliação ou de transação	76
9.2.1.4.	Sentença arbitral	76
9.2.1.5.	Acordo extrajudicial homologado judicialmente	77
9.2.1.6.	Decisão do Superior Tribunal de Justiça homologatória de sentença estrangeira ou concessiva de <i>exequatur</i> em carta rogatória	77

9.2.1.7.	Formal de partilha e certidão de partilha provenientes de processo de inventário	78
9.2.2.	Títulos executivos extrajudiciais	79
9.2.2.1.	Títulos de crédito	79
9.2.2.1.1.	Nota promissória	80
9.2.2.1.2.	Duplicatas e triplicatas.	83
9.2.2.1.3.	Cheque	85
9.2.2.1.4.	Debênture	86
9.2.2.1.5.	Outros títulos de crédito	87
9.2.2.2.	Boleto bancário	88
9.2.2.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas e instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela defensoria pública ou pelos advogados dos transatores	88
9.2.2.4.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, e contrato de seguro de vida.	91
9.2.2.5.	Crédito decorrente de foro e laudêmio	93
9.2.2.6.	Crédito decorrente de aluguel de imóvel e de encargos acessórios de contrato de locação	93
9.2.2.7.	Crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	94
9.2.2.8.	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	95

9.2.2.9. Outros títulos executivos extrajudiciais previstos em lei	95
9.2.2.10. Cumulação de execuções fundadas em diferentes títulos executivos extrajudiciais.	97
9.2.2.11. Desnecessidade de homologação judicial	98
9.2.2.12. Subsistência da execução na pendência de demanda específica contra a obrigação objeto do título	98
10. Espécies de execução	99
10.1. Execução de título judicial e execução de título extrajudicial	99
10.2. Execução definitiva e execução provisória	100
10.2.1. Execução definitiva.	100
10.2.2. Execução provisória	101
10.2.2.1. Noções fundamentais	101
10.2.2.2. Execução provisória de multa cominatória.	103
10.3. Execução para a entrega de coisa, execução de obrigações de fazer e de não fazer, e execução por quantia.	104
10.4. Execução contra a Fazenda Pública, execução alimentícia e execução fiscal	104
11. Competência executiva	105
11.1. Competência para a execução de títulos judiciais.	105
11.2. Competência para a execução de títulos extrajudiciais.	106
12. Aplicabilidade das regras gerais do Código de Processo Civil à execução	107

CAPÍTULO II

[Execução por quantia certa de título extrajudicial]	111
1. Conceito e preceitos de regência	111

2.	Instauração da execução: iniciativa do exequente	111
3.	Petição inicial	112
4.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	114
5.	Citação	116
5.1.	Generalidades	116
5.2.	Contagem dos prazos processuais	117
6.	Arresto	120
6.1.	Conceito	120
6.2.	Natureza jurídica	121
6.3.	Procedimento	121
7.	Atitudes do executado após a citação	123
7.1.	Pagamento voluntário	123
7.2.	Requerimento de parcelamento, com depósito prévio de 30%	123
7.3.	Ajuizamento de embargos à execução	126
7.4.	Inércia do executado	126
8.	Penhora	126
8.1.	Conceito	126
8.2.	Bens impenhoráveis	127
8.2.1.	Bens inalienáveis e bens impenhoráveis por ato voluntário	127
8.2.2.	Bens móveis que guarnecem a residência do executado	128
8.2.3.	Vestuários e pertences de uso pessoal do executado	129
8.2.4.	Vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios, montepios, honorários de profissional liberal e ganhos de trabalhador autônomo	129
8.2.5.	Livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos de trabalho e outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício profissional do executado	131

8.2.6.	Seguro de vida	131
8.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento	131
8.2.8.	Pequena propriedade rural	131
8.2.9.	Verbas públicas recebidas por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social.	131
8.2.10.	Montante equivalente a até quarenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança	132
8.2.11.	Verbas públicas do fundo partidário	132
8.3.	Bens penhoráveis	132
8.3.1.	Dinheiro	132
8.3.2.	Veículos de via terrestre	133
8.3.3.	Bens móveis	133
8.3.4.	Bens imóveis	134
8.3.5.	Navios e aeronaves	134
8.3.6.	Ações e cotas de sociedades empresárias.	134
8.3.7.	Faturamento da sociedade empresária.	134
8.3.8.	Pedras e metais preciosos	135
8.3.9.	Títulos da dívida pública.	135
8.3.10.	Títulos e valores mobiliários	135
8.3.11.	Outros direitos	136
8.3.12.	Penhora de bens penhorados	136
8.4.	Efetivação da penhora	137
8.5.	Ausência de bens penhoráveis	139
8.6.	Consequências jurídicas da penhora	139
8.7.	Destino do bem penhorado	141
9.	Modalidades de expropriação e de pagamento	141
9.1.	Generalidades	141
9.2.	Adjudicação	142
9.3.	Alienação particular por iniciativa do exequente	143

9.4. Alienação em hasta pública	144
9.5. Usufruto de bem do executado	145
10. Embargos à execução, embargos do executado ou “embargos de primeira fase”	145
10.1. Natureza jurídica dos embargos e petição inicial	145
10.2. Prazo para os embargos	146
10.3. Desnecessidade de prévia segurança do juízo.	149
10.4. Distribuição ao juízo da execução e autuação em apartado	150
10.5. Embargos e suspensão do processo de execução: regra e exceção	150
10.6. Matérias passíveis de embargos	151
10.6.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título.	151
10.6.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.	152
10.6.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	152
10.6.3.1. Excesso de execução	152
10.6.3.2. Cumulação indevida de execuções.	153
10.6.4. Qualquer matéria de defesa passível de alegação em processo de conhecimento	154
10.7. Embargos à execução e exceção ritual de incompetência relativa, de suspeição ou de impedimento	155
10.8. Indeferimento liminar dos embargos à execução	156
10.9. Admissão e procedimento dos embargos à execução	157
10.10. Julgamento mediante sentença, apelação e prosseguimento da execução	159
10.11. Embargos à execução e carta precatória	160
10.11.1. Embargos e citação por carta precatória	160
10.11.2. Embargos e constrição por carta precatória.	161
11. Exceção de pré-executividade ou objeção de não executividade	162

11.1. Generalidades	162
11.2. Recorribilidade.	163
12. Embargos à adjudicação, à alienação ou à arrematação, ou “embargos de segunda fase”	165
13. Suspensão do processo de execução.	167
13.1. Conceito	167
13.2. Suspensão do processo e prática de atos urgentes: possibilidade	167
13.3. Suspensão do processo e eficácia das medidas cautelares: subsistência	168
13.4. Hipóteses de suspensão do processo de execução	168
13.4.1. Suspensão pelo recebimento de embargos com efeito suspensivo.	169
13.4.2. Suspensão nas hipóteses do art. 265, I a III, do CPC.	169
13.4.2.1. Suspensão por falecimento ou perda da capacidade processual.	169
13.4.2.2. Suspensão por convenção das partes	174
13.4.2.3. Suspensão por exceções rituais	174
13.4.3. Suspensão pela ausência de bens penhoráveis do executado	175
13.4.4. Suspensão para o cumprimento voluntário da obrigação pelo executado	177
13.4.5. Suspensão por embargos de terceiro	178
13.4.6. Suspensão por incidente de falsidade de documento	178
13.4.7. Suspensão por deferimento de recuperação empresarial.	178
13.4.8. Suspensão por motivo de força maior	179
14. Extinção do processo de execução	179
14.1. Conceito	179

14.2. Hipóteses de extinção do processo de execução	179
14.2.1. Extinção por satisfação da obrigação	180
14.2.2. Extinção por remissão total da dívida e por outros casos de extinção da obrigação	180
14.2.3. Extinção por renúncia ao crédito	181
14.2.4. Extinção por desistência da execução	182
14.2.5. Extinção por indeferimento da petição inicial e por prescrição da pretensão executiva	183
14.2.6. Extinção por paralisação do processo por negligência das partes	185
14.2.7. Extinção por paralisação do processo por abandono da causa pelo exequente	186
14.2.8. Extinção por ausência de pressupostos processuais	187
14.2.9. Extinção por carência da ação executiva	189
14.2.10. Extinção por acolhimento de embargos à execução	190
14.3. Sentença extintiva do processo de execução	191
15. Aplicação subsidiária das regras gerais da execução por quantia certa fundada em título extrajudicial às demais execuções por quantia certa	191

CAPÍTULO III

[Execução por quantia certa de título judicial ou “cumprimento de sentença”]	192
1. <i>Nomen iuris</i>	192
2. Execução por quantia certa de título judicial no próprio processo e em processo autônomo	192
3. Iniciativa do exequente e peça postulatória	193
4. Honorários advocatícios: incidência na eventualidade do decurso <i>in albis</i> do prazo de quinze dias para o cumprimento voluntário da obrigação pecuniária	196
5. Juízo de admissibilidade da petição da execução	197

6. Penhora e avaliação	199
7. Termo inicial do prazo de quinze dias para a impugnação	199
8. Necessidade da garantia do juízo para a impugnação	200
9. Impugnação à execução: generalidades	200
10. Impugnação: matérias de defesa.	202
10.1. Falta ou nulidade da citação do réu executado revel no processo no qual o título judicial foi constituído	202
10.2. Inexigibilidade do título judicial	202
10.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	203
10.4. Ilegitimidade de parte	204
10.5. Excesso de execução	204
10.6. Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.	205
10.7. Incompetência absoluta	206
10.8. Requerimento de substituição da penhora	207
11. Impugnação à execução: procedimento e julgamento.	207
12. Aplicação subsidiária das regras gerais da execução por quantia certa fundada em título extrajudicial	208

CAPÍTULO IV

[Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública]	209
1. Conceito e preceitos de regência	209
2. Legitimidade passiva e conceito de “Fazenda Pública”	210
3. Títulos executáveis: títulos judiciais e extrajudiciais.	211
4. Prescrição da pretensão executiva contra a Fazenda Pública: cinco anos	211
5. Execução por quantia certa de natureza alimentícia movida em face da Fazenda Pública.	212

6. Execução por quantia certa movida por ente público contra outra pessoa jurídica de direito público	213
7. Processo executivo autônomo e citação	214
8. Embargos à execução	216
8.1. Conceito e natureza jurídica	216
8.2. Prazo	216
8.3. Matérias passíveis de arguição nos embargos	217
8.3.1. Falta de citação ou nulidade da citação da Fazenda Pública no processo	217
8.3.2. Inexigibilidade do título judicial	217
8.3.3. Ilegitimidade de parte	218
8.3.4. Cumulação indevida de execuções	219
8.3.5. Excesso de execução	219
8.3.6. Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação	220
8.3.7. Incompetência, suspeição e impedimento	221
8.4. Sentença, apelação e reexame necessário	222
8.5. Expedição de ofício requisitório ao presidente do tribunal	223
9. Expedição de precatório	223
10. Requisição de pequeno valor	224

CAPÍTULO V

[Execução por quantia certa de prestação alimentícia]	226
1. Conceito e procedimentos	226
2. Títulos executáveis: títulos judiciais e extrajudiciais	228
3. Legitimidade ativa	229
4. Legitimidade passiva	230
5. Competência	231
6. Prescrição da pretensão executiva alimentícia	232
7. Execução de alimentos pelo procedimento comum: modalidade expropriatória	233

8. Execução de alimentos pelo procedimento especial: modalidade coercitiva	235
9. Decisão interlocutória de decretação da prisão: agravo de instrumento e <i>habeas corpus</i>	238

CAPÍTULO VI

[Execução fiscal]	240
1. Legislação de regência	240
2. Conceito	240
3. Legitimidade ativa e conceito de “Fazenda Pública”	240
4. Execução fiscal movida por ente público em face de outra pessoa jurídica de direito público	241
5. Créditos da Fazenda Pública passíveis de execução fiscal . . .	242
6. Título executivo extrajudicial: certidão de dívida ativa	243
7. Competência	244
8. Execução fiscal para a cobrança de dívida de pequeno valor: interesse processual	244
9. Petição inicial da execução fiscal	246
10. Bens passíveis de garantia e de constrição	247
11. Ausência de garantia da execução e inexistência de bens passíveis de constrição	248
12. Contraposição à execução fiscal: embargos	249
13. “Exceção de pré-executividade”	250
14. Reconvenção pelo executado: inadmissibilidade	251
15. Procedimento dos embargos à execução fiscal e impugnação da Fazenda Pública	251
16. Intervenção do Ministério Público: desnecessidade	252
17. Julgamento dos embargos à execução fiscal e recursos cabíveis	253
18. Sentença de procedência de embargos à execução fiscal e remessa oficial	255

CAPÍTULO VII

[Execução por quantia certa de título judicial ou “cumprimento de sentença” nos Juizados Especiais Cíveis] . . .	257
1. Preceitos de regência	257
2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis para execução de títulos judiciais	257
3. Natureza jurídica da execução de título judicial nos Juizados Especiais Cíveis: fase executiva para o “cumprimento da sentença” no mesmo processo	258
4. Custas na execução perante os Juizados	259
5. Processamento da execução nos Juizados	260
5.1. Constituição do título judicial e oportunidade para o cumprimento voluntário da obrigação, sob pena de multa	260
5.2. Início da execução forçada	263
5.3. Penhora de bens do executado ou extinção da execução	263
5.4. Contraposição do executado mediante embargos à execução	265
6. Admissibilidade de embargos de terceiro nos Juizados	267

CAPÍTULO VIII

[Execução por quantia certa de título extrajudicial nos Juizados Especiais Cíveis]	269
1. Preceitos de regência	269
2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis	269
3. Natureza jurídica da execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais Cíveis: processo executivo autônomo	270
4. Custas na execução perante os Juizados	270
5. Procedimento da execução e dos embargos	270
6. Admissibilidade de embargos de terceiro nos Juizados	273

CAPÍTULO IX

[Execução de título judicial de obrigação de fazer e não fazer: “cumprimento de sentença” de obrigação de fazer e não fazer]	275
1. Preceitos de regência	275
2. Condenação em obrigação de fazer ou de não fazer	275
3. Natureza da execução de obrigação de fazer ou de não fazer imposta em sentença	276
4. Iniciativa da execução e intimação do réu a ser executado	276
5. Imposição de multa cominatória e medidas coercitivas	277
6. Contraposição do executado	278
7. Descumprimento da obrigação específica e conversão em perdas e danos.	278
8. Execução de título judicial de obrigação de fazer e não fazer perante os Juizados Especiais Cíveis.	279

CAPÍTULO X

[Execução de título judicial de obrigação de entrega de coisa: “cumprimento de sentença” de obrigação de entrega de coisa]	280
1. Conceito, natureza jurídica e preceitos de regência	280
2. Aplicação subsidiária das regras do art. 461 do CPC	280
3. Iniciativa e procedimento da execução prevista no art. 461-A do CPC	280
4. Execução de título judicial de obrigação de entregar coisa perante os Juizados Especiais Cíveis.	281

CAPÍTULO XI

[Execução de título extrajudicial de obrigação de fazer e não fazer].	282
1. Preceitos de regência da execução, processo autônomo e petição inicial.	282

2. Citação do executado.	282
3. Possíveis atitudes do executado citado e respectivas consequências jurídicas	283
4. Execução de título extrajudicial de obrigação de fazer e não fazer perante os juizados especiais cíveis	284

CAPÍTULO XII

[Execução de título extrajudicial de obrigação de entrega de coisa]	285
1. Preceitos de regência da execução, processo autônomo e petição inicial.	285
2. Citação do executado.	285
3. Possíveis atitudes do executado citado e respectivas consequências jurídicas	286
4. Execução de título extrajudicial de obrigação de entrega de coisa perante os Juizados Especiais Cíveis	289

PARTE II

[CAUTELARES]	291
------------------------	-----

CAPÍTULO I

[Teoria geral do processo cautelar]	293
1. Tutelas jurisdicionais: tutela cognitiva, tutela executiva e tutela cautelar	293
2. Tutelas de urgência: tutela cautelar e antecipação de tutela.	296
3. Fungibilidade das tutelas de urgência	297
4. Processo cautelar: conceito e escopo	299
5. Processo cautelar: características	299
6. Processo cautelar, ação cautelar e medida cautelar	300
7. Classificação das medidas cautelares	302

8. Poder geral de cautela	303
9. Condições da ação cautelar	303
10. Processo cautelar e mérito	306
11. Competência	307
12. Petição inicial da ação cautelar	308
13. Emenda da petição inicial	310
14. Admissão da petição inicial e medida cautelar <i>in limine litis</i> . . .	310
15. Concessão de medida cautelar liminar e necessidade do ajuizamento da ação principal	311
16. Eficácia da medida cautelar e suspensão do processo	314
17. Citação	314
18. Respostas do requerido	315
19. Oposição ao processo cautelar: inadmissibilidade	316
20. Procedimento final do processo cautelar	317
21. Sentença e apelação sem efeito suspensivo	318
22. Processo cautelar, despesas processuais e honorários advocatícios	318
23. Processo cautelar e coisa julgada	319
24. Cessação da eficácia da medida cautelar	319

CAPÍTULO II

[Arresto].	322
1. Conceito	322
2. Arresto: natureza do processo principal	322
3. Arresto antecedente e arresto incidental	323
4. Hipóteses de arresto	323
5. Dívida em dinheiro, certeza acerca da existência e vencimento: desnecessidade	325
6. Bens arrestáveis	326
7. Petição inicial do arresto	326
8. Arresto cautelar liminar	326

9. Audiência de justificação: inteligência do art. 815 do CPC.	327
10. Exigência de caução para a concessão da liminar	327
11. Efetivação da medida, auto de arresto e nomeação do depositário	327
12. Efeitos do arresto	328
13. Incidência na cautelar de arresto	329
14. Procedimento do arresto	330
15. Coisa julgada	331
16. Subsistência do arresto e conversão em penhora	331

CAPÍTULO III

[Sequestro]	332
1. Conceito	332
2. Sequestro e arresto: diferenças e fungibilidade	332
3. Aplicação subsidiária das regras do arresto em relação ao sequestro	334
4. Hipóteses de sequestro: inteligência do art. 822 do CPC	334
5. Objeto do sequestro.	336
6. Sequestro antecedente e sequestro incidental.	336
7. Petição inicial e liminar	337
8. Efetivação da medida	338
9. Substituição do sequestro por caução	339
10. Propositura da demanda principal	339
11. Efeitos do sequestro cautelar	340

CAPÍTULO IV

[Cautelar de caução]	342
1. <i>Nomen iuris</i> , conceito e espécies de caução.	342
2. Legitimidade ativa e petição inicial.	342
3. Citação do réu	343
4. Prestação da caução cautelar	343
5. Reforço da caução	343

6. Caução como contracautela	344
7. Caução substitutiva	344
8. Caução sucumbencial	344

CAPÍTULO V

[Busca e apreensão]	345
1. Equivocidade da expressão e preceitos de regência	345
2. Conceito	345
3. Incidência subsidiária	345
4. Objeto da busca e apreensão cautelar.	345
5. Petição inicial.	346
6. Liminar e execução da medida.	346
7. Necessidade do ajuizamento da demanda principal	347

CAPÍTULO VI

[Exibição cautelar]	348
1. Preceitos de regência, conceito, natureza jurídica e escopo	348
2. Objeto da exibição cautelar	348
3. Procedimento.	350
3.1. Petição inicial.	350
3.2. Exibição cautelar <i>in limine litis</i>	350
3.3. Citação do requerido	350
3.4. Sentença	351

CAPÍTULO VII

[Produção antecipada de provas].	352
1. Conceito e escopo	352
2. Produção antecipada de prova antecedente e incidental.	352
3. Provas passíveis de produção antecipada e forma da produção antecipada das provas	353

4. Legitimidade ativa	353
5. Competência	354
6. Petição inicial.	354
7. Liminar: possibilidade	356
8. Possibilidade da colheita da prova antecipada em feriado	356
9. Propositura da ação principal em trinta dias: desnecessidade	356
10. Citação e interrupção da prescrição	357
11. Contestação: possibilidade.	357
12. Denúnciação da lide: impossibilidade	358
13. Sentença homologatória.	359
14. Destino dos autos do processo cautelar	360

CAPÍTULO VIII

[Alimentos provisionais]	362
1. <i>Nomen iuris</i> e preceitos de regência	362
2. Escopo.	362
3. Alimentos provisionais e alimentos provisórios	362
4. Alimentos provisionais antecedentes e incidentais	363
5. Competência	363
6. Petição inicial.	364
7. Critérios para a fixação dos alimentos provisionais	364
8. Propositura da demanda principal em trinta dias.	365
9. Citação e início da obrigação alimentar	366
10. Sentença e apelação sem efeito suspensivo.	367
11. Execução de alimentos pelo procedimento especial ou coercitivo	367
12. Execução de alimentos pelo procedimento comum ou expropriatório	369
13. Prescrição da pretensão executiva alimentícia	371

CAPÍTULO IX

[Arrolamento de bens]	372
1. Preceitos de regência e <i>nomen iuris</i>	372
2. Conceito	372
3. Natureza híbrida da cautelar de arrolamento	373
4. Objeto do arrolamento cautelar	373
5. Legitimidade ativa	373
6. Petição inicial.	373
7. Arrolamento liminar	374
8. Depositário	374
9. Necessidade da propositura da demanda principal em trinta dias	374

CAPÍTULO X

[Justificação judicial]	376
1. Preceitos de regência e <i>nomen iuris</i>	376
2. Conceito, natureza jurídica e escopo	376
3. Hipóteses frequentes de justificação judicial na prática forense	377
4. Competência	379
5. Petição inicial.	379
6. Indeferimento da petição inicial.	380
7. Procedimento.	381
8. Sentença homologatória.	381
9. Destino dos autos da justificação judicial	382
10. Propositura de ação principal: desnecessidade	382
11. Sentença, apelação e inteligência do art. 865 do CPC.	382
12. Sentença e mandado de segurança.	383
13. Diferenças entre a justificação judicial e a produção antecipada de provas	384

CAPÍTULO XI

[Protesto, notificação e interpelação judiciais]	385
1. Protesto judicial	385
2. Notificação judicial	385
3. Interpelação judicial	386
4. Natureza jurídica: procedimentos especiais de jurisdição voluntária	386
5. Procedimento do protesto, da notificação e da interpelação judiciais	386
6. Inaplicabilidade dos arts. 806 e 808, I, do CPC	387
7. Protesto, notificação e interpelação extrajudiciais	387

CAPÍTULO XII

[Homologação do penhor legal]	388
1. Preceitos de regência, natureza jurídica e conceito	388
2. Petição inicial	390
3. Citação e contestação	390
4. Sentença	390
5. Destino dos autos	391

CAPÍTULO XIII

[Posse em nome do nascituro]	392
1. Conceito e preceitos de regência	392
2. Natureza jurídica	392
3. Direitos do nascituro passíveis de exercício pela gestante	393
4. Petição inicial	394
5. Necessidade da intervenção do Ministério Público	394
6. Prova pericial	394
7. Sentença	394

CAPÍTULO XIV

[Atentado]	395
1. Preceitos, natureza jurídica, escopo e conceito	395
2. Hipóteses de atentado	396
3. Competência	396
4. Liminar em processo de atentado	397
5. Procedimento	397
6. Sentença	398

CAPÍTULO XV

[Protesto e apreensão de títulos]	399
1. Conceito e natureza jurídica do protesto de títulos	399
2. Dúvida	400
3. Desistência do protesto	401
4. Pagamento do título antes da lavratura do protesto	401
5. Sustação do protesto	401
6. Cancelamento do protesto	402
7. Apreensão de títulos	402

CAPÍTULO XVI

[Separação de corpos]	405
1. Preceitos de regência e conceito	405
2. Desnecessidade da propositura da demanda principal no prazo do art. 806 do CPC	405
3. Aplicação das regras gerais do processo cautelar	406

CAPÍTULO XVII

[Medida cautelar inominada para impedir execução de julgado passível de ação rescisória]	407
--	-----

CAPÍTULO XVIII

[Medida cautelar inominada: proposta para emprestar efeito suspensivo a recurso]	414
1. Ação cautelar, processo cautelar e medida cautelar.	416
2. Competência	417
3. Petição inicial.	418
4. Procedimento.	421
5. Julgamento	423

PARTE III

[EMBARGOS DE TERCEIRO].	425
---------------------------------	-----

CAPÍTULO I

[Generalidades].	427
1. Introdução.	427
2. Preceitos de regência e enunciados sumulares	427
3. <i>Nomen iuris</i> e objeto.	428
4. Natureza jurídica e conceito.	428
5. Classificação	429
6. Finalidade	430
7. Embargos de terceiro e recurso de terceiro.	430

CAPÍTULO II

[Cabimento]	434
1. Condições para a ação	434
1.1. Apreensão judicial de bem	434
1.2. Legitimidade ativa: possuidor ou proprietário	435
1.3. Qualidade de terceiro.	437
1.4. Propositura dentro do prazo legal	438
2. Admissibilidade dos embargos de terceiro para a defesa da meação	439
3. Embargos de terceiro e defesa de garantia real	441

4. Parte equiparada a terceiro	441
5. Admissibilidade de embargos de terceiro nos juizados especiais	443
6. Admissibilidade em processos de recuperação e de falência . . .	444

CAPÍTULO III

[Procedimento]	446
1. Petição inicial	446
2. Competência, distribuição e autuação	447
3. Indeferimento liminar da petição inicial	449
4. Petição inicial com defeito sanável	450
5. Fungibilidade	450
6. Admissão dos embargos e suspensão do processo originário . .	451
7. Decisão interlocutória liminar agravável	451
8. Legitimidade passiva	452
9. Citação	452
10. Citação, decisão interlocutória liminar e feriados	453
11. Contestação	453
12. Fraude contra credores e contestação aos embargos de terceiro	454
13. Impugnação ao valor da causa	456
14. Reconvenção e ação declaratória incidental	457
15. Exceções rituais	457
16. Procedimento final e sentença	458
17. Sentença e ônus da sucumbência	459
18. Apelação e efeitos do recebimento	459
<i>Referências</i>	461